

Comissão de Saúde e Meio Ambiente – COSMAM



Aldacir
Oliboni



Atena
Roveda



Cláudia
Araújo



Gilvani
o
Gringo



Hamilton
Sossmeier



Psicóloga
Tanise
Sabino

013ª COSMAM 08ABR2025

Pauta: Autismo em pauta: desafios e avanços.

PRESIDENTE PSICÓLOGA TANISE SABINO (MDB): (10h10min) Estão abertos os trabalhos da presente reunião da Comissão de Saúde e Meio Ambiente. Já estão presentes conosco aqui a Ver.^a Cláudia Araújo, vice-presidente desta comissão; o Ver. Aldacir Oliboni, o Ver. Aldacir Oliboni, o Ver. Hamilton e a Ver.^a Grazi, que compõe uma outra comissão, a CECE, mas está presente conosco, é uma parceira aqui também dessa pauta do autismo. Eu sou Tanise Sabino, sou vereadora e presidente desta comissão. De imediato, já quero chamar para compor a Mesa os nossos convidados: psicóloga Renata Viola, da Clínica Horizontes; Dr. Alceu Gomes, médico psiquiatra da infância e adolescente, coordenador do Centro de Autismo; Malu Medeiros, diretora da Escola Tristão Sucupira Vianna, da Restinga; Nara Pinheiro, presidente da AFAPA – Associação de Familiares e Amigos das Pessoas com Autismo; e Rafaela Atanazio, que é a nossa dentista. O Nilson já está aqui? Está. Convido também para compor a Mesa a Cristina Correa, representando a Secretaria Municipal da Saúde. Ok, já estão todos presentes. Gostaria de citar, que está conosco também nesta manhã, a Josiara, também do Centro de Autismo; Mara Lago, representando a coordenação da saúde mental; diversos familiares atípicos. Está também o Conselho Municipal da Saúde; Juliana Martins, também

representando a Secretaria de Inclusão e Desenvolvimento Humano, e também mãe atípica. Então, sejam todos bem-vindos à nossa reunião da Comissão de Saúde. Nós estamos no mês de abril, considerado o mês de conscientização do autismo. O dia 2 de abril foi o Dia Mundial de Conscientização do Autismo. E, como de costume, eu sempre peço essa agenda para a COSMAM. No mandato passado, os quatro anos, eu integrei esta comissão, e sempre, todos os anos, no mês de abril, debatemos a questão do autismo; e este ano também. Então, a nossa ideia aqui é fazer um debate sobre as políticas públicas relacionadas com o autismo. E, na condição de psicóloga e vereadora, posso dizer que eu conheço de perto essa realidade. Tenho acompanhado diversas mães, familiares atípicos, e não é fácil essa questão no dia a dia, de enfrentar as dificuldades na área da inclusão, da educação, por isso também está o tema aqui da educação. Está aqui a Escola Tristão Sucupira, que eu conheço já há bastante tempo, e que enfrenta no dia a dia essas dificuldades. Eu gostaria muito que você fizesse esse relato.

Nesse final de semana, vou compartilhar com vocês, eu estive em São Paulo, participando de um Congresso Nacional de Práticas Integrativas em Autismo e TDH, e lá pude adquirir vários conhecimentos que já estou pensando em como colocar em prática aqui na cidade de Porto Alegre. Domingo teve a caminhada do autismo, não, é, Nara? Teve uma linda caminhada de conscientização, todo mês de abril tem, todos os anos. E ontem, na sessão plenária, Tribuna Popular, estava presente o Instituto Colo de Mãe, que fez uma fala muito especial sobre o autismo. Então, sobre esse tema do autismo, é importante lembrar que é uma condição que afeta toda a família. Muitas vezes também a gente fica focada só no autismo, na pessoa com autismo, mas também impacta diretamente a todos, os pais, os irmãos, a família como um todo. E nós precisamos de apoio para tratar essa pauta. Então, a manhã de hoje é destinada para tratar a questão do autismo.

Antes de passar para os nossos convidados, eu gostaria de ver com os vereadores aqui da Mesa, se alguém quer fazer uma saudação. A Ver.^a Cláudia Araújo está com a palavra.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Bom dia a todas e todos. Cumprimentar a nossa presidente, Tanise, e proponente desta pauta; meus colegas vereadores Oliboni e Hamilton; Ver.^a Grazi, que está nos acompanhando hoje aqui também, na nossa comissão, seja bem-vinda; todos que estão compondo a Mesa. O Tristão, conheço bem, eu não tenho ido lá, mas conheço muitas mães que têm seus filhos lá e a gente sabe da dificuldade e da importância dessa instituição, dessa escola para as nossas crianças. São muitas as demandas, são muitas as pautas, são muitas as falas com relação ao autismo. A gente sabe que esse número é crescente, cada vez mais. Antigamente, não ouvíamos falar tanto na questão do autismo. Hoje, temos um número alarmante de crianças com vários níveis de autismo; o nível 3, sempre dizemos, é o nível mais complicado. E a questão do encaminhamento, a questão de como essas crianças... Porque, normalmente, as famílias dessas crianças têm um poder aquisitivo mais baixo, muitas das vezes acontece isso, e elas não têm acesso à saúde, não têm acesso aos diagnósticos – tem, mas demora. E essas crianças, muitas vezes, passam do tempo, como a gente diz, perdem o tempo, o *time*, para poderem ser atendidas, e, às vezes, isso traz uma prejudicialidade muito grande no desenvolvimento dessa criança. Isso é uma coisa que preocupa muito, a questão do diagnóstico, a questão do atendimento inicial para que elas possam começar esse tratamento de forma imediata. Isso eu acho que é muito importante.

Eu tenho um grupo, todo mundo sabe, Amor ao Próximo, que ajuda crianças com deficiência, ajuda outras pessoas acamadas. E temos, uma vez por mês, uma dentista que vai na minha casa – eu vi que tem uma dentista aqui –, que leva o consultório móvel e atende só crianças atípicas, só crianças com algum tipo de deficiência. Nós atendemos sete crianças por mês. Tem algumas crianças que a gente não consegue atender, pelo grau de complexidade. Então, quando eu falo das crianças nível 2, nível 3, que precisam, muitas vezes, ser sedadas, que precisam, muitas vezes, de um atendimento diferenciado e que não conseguem fazer aquele atendimento mais básico. Nós procuramos fazer o básico: a

limpeza, a extração, uma restauração, essas coisas nós conseguimos fazer, mas o resto nós não conseguimos. A demanda para chegar à fila de espera, para conseguir um atendimento, para conseguir ser encaminhado para um dentista, muitas vezes faz com que essa criança perca o seu dente, tenha dor e não saiba, às vezes, se comunicar para dizer o que está sentindo. Então, são tantas as coisas. A gente fala... Aqui eu estou falando só da área da saúde, mas a gente também tem que falar da questão da área da educação; estamos aqui com o **Tristão**, a questão dos monitores, a questão da capacitação dos profissionais para atender essas crianças. Hoje a gente tem profissionais muito bons, mas são poucos. Nós precisamos conseguir melhorar a condição, a capacitação e a qualificação desses profissionais, para que cada vez a gente tenha mais pessoas com condições de atender as nossas crianças. Então, é um tema que se prolonga muito, que a gente pode passar o dia falando e a gente não vai conseguir falar tudo o que é importante. Mas eu acho que é muito importante, Ver.^a Tanise, trazer... Esse é um mês que é alusivo ao tema, mas que a gente precisa, sim, falar todos os meses, todo ano sobre isso, para que a gente possa buscar política pública, possa buscar solução para minimizar, porque a gente não vai conseguir resolver. Hoje a gente tem um Certa com 400, 500 crianças, em média, mas nós temos 5 mil crianças esperando na fila. Isso é alarmante, grave e urgente. Então, vamos ouvi-los, porque é bem importante para a gente poder contribuir. Muito obrigada.

VEREADOR HAMILTON SOSSMEIER (PODE): Bom dia a todos. Quero cumprimentar aqui a vereadora, nossa presidente, Tanise Sabino, a Ver. Cláudia Araújo, Ver. Aldacir Oliboni, Ver.^a Grazi. Esse tema é muito importante, trazer também aqui essa consideração da Ver.^a Tanise, trazer esse tema tão importante, tanto que nós vamos, agora, no dia 10, às 10h, aqui no plenário Ana Terra, estaremos instalando a frente parlamentar em defesa dos direitos das pessoas com deficiência, altas habilidades, superdotação e doenças raras. A gente vai estar fazendo essa instalação e organização dos trabalhos dessa frente parlamentar, principalmente para trazer assuntos como esse. E nós estamos

também com o [PLL nº 187/25](#), que institui o programa Cuidar de Quem Cuida. Sabemos como é importante. As pessoas que são cuidadoras, que são mães, que são responsáveis por esses cuidados, também precisam do cuidado. Também o [PLL nº 068/25](#), o Dia da Mãe Atípica, no calendário das datas comemorativas e conscientização no Município de Porto Alegre. Então, são algumas leis já dentro desse tema e desses termos. E a [Lei nº 13.596](#), que permite também a apresentação da carteira de identificação da pessoa com Transtorno do Espectro Autista, como meio de prova para testar a deficiência da pessoa com autismo, a ausência de carteira de identidade como apresentação da lei que nós citamos aqui. Então, são algumas leis que nós estamos já trabalhando junto. E a nossa comissão é muito importante para tratar de temas como esse. Parabenizo a Ver.^a Tanise pelo tema. Muito obrigado.

PRESIDENTE PSICÓLOCA TANISE SABINO (MDB): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Então, saúdo aqui a nossa presidente da Comissão de Saúde e Meio Ambiente, meus colegas vereadores, Cláudia, o Hamilton, Grazi, que está aqui conosco, a todos os nossos convidados, sejam bem-vindos. Eu creio que cada vereador, por ter a prerrogativa de criar leis, de poder melhorar um pouco o acesso ao atendimento, no caso específico aqui dos autistas, eu quero lembrar que eu apresentei uma lei, que foi aprovada, a [Lei nº 13.468, de 11 de maio de 2023](#), que estabelece a obrigatoriedade da realização de triagem precoce dos sintomas do Transtorno do Espectro Autista – TEA, para crianças de 0 a 36 meses, nascidas em clínicas, maternidades, hospitais públicos ou conveniados, ao Sistema Único de Saúde. Eu queria saber se está funcionando, se isso se realiza, se está acontecendo. Nós sabemos que os dados a nível nacional, estava conversando aqui com a Ver.^a Tanise, a cada 36 pessoas, tem uma que nasce com Espectro Autista. Então, isso significa que os dados são significativos para a cidade. O sistema criado hoje, doutor Alceu, deve ter isso presente todo santo dia, atende à necessidade de acompanhamento,

tratamento e fornecimento de medicamento a essas pessoas? Caso não, nós temos que criar um mecanismo de, nesta reunião, Tanise, se me permite, fazer alguns encaminhamentos para que o poder público possa ampliar esse tipo de atendimento. Claro que outros temas chegam aqui, e nós sempre fizemos esses encaminhamentos. Caso haja necessidade de cobrar do Ministério da Saúde uma posição mais presente, nós temos que ser parceiros nesse sentido. Então, eu quero ouvir aqui, conforme os colegas vereadores, o que nós podemos propor para melhorar e ter esse acompanhamento humanizado dentro do Sistema Único de Saúde. Muito obrigado.

PRESIDENTE PSICÓLOCA TANISE SABINO (MDB): Gostaria de chamar para compor à mesa o nosso convidado, Nilson Ventura, servidor público aqui da Prefeitura, estudante de gestão pública e também atípico. Gostaria de passar a palavra, então, para a nossa Ver.^a Grazi, para fazer a sua saudação.

VEREADORA GRAZI OLIVEIRA (PSOL): Bom dia a todos e a todas que estão nos acompanhando nessa manhã. É um prazer estar vindo e fazendo essa visita, uma visita bastante importante, porque o tema proposto, Sabino, é bastante significativo e nos afeta muito. Então, quero saudar pela pauta, cumprimentar os colegas Cláudia, Hamilton, Oliboni, por essa luta que nasce. Eu sei que a Atena também compõe a Comissão de Saúde e Meio Ambiente, e que nos custa muito falar sobre as políticas voltadas às pessoas com TEA, porque sabemos das dificuldades. Quando conseguimos pensar em políticas, conseguimos colocá-las em prática. Então, colocar em prática é o que nos custa mais; pensar, legislar, dar várias propostas aqui, conseguimos articular, conseguimos fazer isso dentro do Parlamento, mas sabemos que, às vezes, colocar isso na prática é muito mais custoso. Quero já iniciar fazendo a minha manifestação aqui valorizando e olhando para as famílias, principalmente as que estão dentro da periferia. Na verdade, Sabino, até foi isso o que me moveu, foram duas razões: sou professora há 23 anos, então, como professora, sei muito bem dos desafios das famílias e dos estudantes autistas e também neurodivergentes, mas, porém,

entretanto, todavia, quando saio da periferia como moradora e volto para dentro da periferia como candidata, percebo a total dificuldade das famílias periféricas de conseguirem diagnóstico precoce, de conseguirem terapias, de conseguirem tratamento, e as ouço dizer que estão há dois, três anos na Justiça tentando conseguir acessar os serviços. Isso é muito duro. Acho que o que nos move é entender como fazemos para colocar isso em prática.

Outra questão, que já venho conversando com o Alceu, já venho dialogando com o Certa, é sobre como podemos ajudar a ampliar o atendimento e qualificar os que já estão sendo atendidos. A gente entende que precisa de mais profissionais, a gente entende que precisa de mais recursos e a gente entende que precisa de mais Certas. Precisamos de mais espaços descentralizados. Nossas comunidades de Porto Alegre, na sua maioria, localizadas na Zona Sul e Zona Norte, não têm esse atendimento localizado. As pessoas, as famílias precisam ir até o Partenon para que tenham atendimento. Acho que o nosso próximo desafio é pensar nessa descentralização, olhar para os prédios que estão vazios; de repente, transformar esses lugares em Certa, transformar esses espaços em atendimento, porque nós sabemos da necessidade que hoje nós temos em Porto Alegre. De acordo com os últimos dados da Fadergs, são em torno de 3 mil a 3,5 mil pessoas hoje, sem falar das subnotificações, que temos de dados. É muita gente, são muitas pessoas precisando do nosso olhar.

Queria concluir a minha fala trazendo essa reflexão de que é possível a gente ampliar. Já temos uma lei aprovada aqui na Casa, a Lei nº 13.965, de 28 de junho de 2024, que amplia o Certa para jovens e adultos, para além das crianças, e nós estamos na luta para que esse serviço seja ampliado. Faço o convite para amanhã, às 10h, vamos estar lançando a Frente Parlamentar em Defesa das Pessoas com Transtorno do Espectro Autista, com TEA, e suas famílias. Porque, com certeza, se eu estou falando de periferia, não posso esquecer de falar das mulheres, e, falando de mulheres, falo das mães solo, porque são a maioria, hoje, e estão enfrentando os desafios quando falamos do Transtorno do Espectro Autista. Obrigada.

PRESIDENTE PSICÓLOGA TANISE SABINO (MDB): Feita a saudação inicial pelos vereadores, vamos passar para a nossa primeira convidada, que é a psicóloga Dra. Renata Viola, da Clínica Horizontes, que vai ter um tempo de dez minutos para falar sobre o diagnóstico precoce e tratamento dos autistas. Lembrando que nós estamos sendo televisionados, estamos ao vivo pela TVCâmara. Uma questão também aqui da Câmara, eles pedem sempre que cada um que for usar o microfone fale o seu nome completo e a sua instituição, para fins de registro.

SRA. RENATA VIOLA VIVES: Bom dia a todos. Eu me chamo Renata Viola Vives, sou psicóloga, formada há 30 anos pela PUCRS. Gostaria muito de agradecer a oportunidade de estar aqui com vocês, principalmente à Ver.^a Tanise Sabino, que tem me acompanhado, tem acompanhado o trabalho que nós fazemos na minha instituição, que eu esqueci de citar, que é o instituto e clínica Horizontes, situado na Zona Sul de Porto Alegre. E a Tanise, então, tem acompanhado esse trabalho que nós temos feito, na verdade, no sentido de detecção precoce dos riscos dos transtornos do desenvolvimento, incluindo o Transtorno do Espectro Autista. Então, fiquei muito contente em saber quando o Ver. Oliboni falou dessa lei que já existe para detecção precoce, que vem exatamente ao encontro do que nós temos proposto. E a Ver.^a Tanise, inclusive, participou de alguns encontros nossos, onde a gente discute esses casos em cima desses aspectos de risco. Eu farei uma fala aqui que eu vou ler, para não ultrapassar o meu tempo, e depois me coloco à disposição para a gente conversar. Então, hoje, gostaria de trazer aqui para vocês, nesta comissão, brevemente, alguns pontos referentes às pesquisas hoje de ponta que existem no mundo, no que se refere à detecção dos riscos dos transtornos do neurodesenvolvimento e principalmente o TEA. Nós sabemos que o TEA tem causas multifatoriais, com fatores genéticos importantes, inclusive, por exemplo, a incidência em 25% em irmãos nascidos depois de um filho, de um menino com diagnóstico. Então, nós precisamos olhar para as famílias, para novas gestações. Mas, além das questões genéticas e de todos esses fatores que vão

compor futuramente um diagnóstico, nós também sabemos da importância da epigenética; então, do quanto o meio e as intervenções precoces poderiam ajudar nesses indivíduos. Então, nós temos trabalhado com grupos da Itália, da França, de diversos países, e todas as pesquisas versam sobre alguns aspectos que eu vou trazer rapidamente, de risco. Um deles se refere à questão da dor no bebê. Se considera que seriam bebês que têm uma impossibilidade de filtrar dor, de filtrar sensações desprazerosas no corpo, diferente de bebês que seriam típicos. Essa dor, por exemplo, provocaria movimentos do corpo cujo resultado seria um aumento da dor. Por exemplo, hiperextensão. É exatamente o que acontece com bebês que se tornam autistas mais tarde. Neles, a dor, por exemplo, do refluxo gastroesofágico desencadeia esses movimentos de hiperextensão que resultam no aumento dessa dor. Tudo isso, por exemplo, foi amplamente retomado por uma pesquisadora em Paris, que se chama Niki Boulter, que, além de pesquisadora, é osteopata e tem trabalhado com aspectos da dor em bebês, acompanhados pós-nascimento, mas já acompanhados intraútero, porque eu vou entrar no outro aspecto de risco, que é a questão dos movimentos do bebê. Bom, associado a isso, existe a necessidade desse bebê constituir o corpo desde que nasce. Um corpo que fica desorganizado, por exemplo, por esse aspecto da hiperextensão, para que esse corpo possa se tornar acessível à relação. Todos os pesquisadores que falam de TEA, eles falam de que as dificuldades, a origem, está no movimento; se o encontro com o outro, a intersubjetividade, ela diz respeito ao movimento, nós temos que olhar para esses movimentos e para isso que está precocemente instituído ou não instituído. Então, associado a isso, está a necessidade de constituir esse corpo, o corpo do bebê, totalmente desorganizado, por exemplo, pela dor, para poder tornar esse bebê acessível às relações sociais. A articulação da dor e da desorganização do corpo do bebê estão também presentes nas pesquisas mais atuais. Já Filippo Muratore, que é um psiquiatra italiano, ele passou a insistir num outro ponto, que nesses bebês não era notável apenas um corpo desorganizado, incapaz de se integrar com o fluxo gravitacional, por exemplo, como fazem os bebês típicos. Os movimentos espontâneos, aqueles movimentos que a gente

vê no bebezinho logo que ele nasce, parece que são movimentos involuntários, então esses movimentos, já desde o nascimento, não eram os mesmos movimentos dos bebês típicos. Os movimentos gerais foram muito estudados na década de 1990, mas só em 2007, essa equipe de Pisa, do Dr. Filippo Muratore, ao estudar vídeos caseiros de crianças que se tornaram autistas, verificaram, perceberam que essas crianças, quando bebês, já tinham movimentos de má qualidade ou muito pobres, movimentos muito pobres. Isso se confirmou em 70% dos casos, enquanto nos vídeos dos bebês típicos, esses movimentos não eram bons somente em 13% dos casos. Então é um breve dado estatístico para poder trazer essas informações para vocês.

Todas essas pesquisas convergem com os estudos de um outro pesquisador, que chama Colwin Trevarthen, para quem o autismo é uma patologia dos movimentos intencionais, e aí do engajamento afetivo. Bom, mas qual a relação disso com a questão da constituição do sujeito em seu vínculo com o outro? Então, um bebê com excesso de dor, que não pode ser minimizada, mitigada, com um corpo que não se organiza, não pode entrar em contato com o outro, com o adulto cuidador.

Hoje, eu integro, e a Tanise conhece, a única equipe transdisciplinar no Rio Grande do Sul, que tem estudado e atendido sistematicamente bebês de risco, com o objetivo de intervir precocemente. Se nós pudermos avaliar os sinais de risco, realmente avaliar e intervir, e atuar, então, sobre estes, teremos respostas satisfatórias no desenvolvimento desses sujeitos, e nós temos material clínico, casos para comprovar isso.

Falamos de saúde pública, de minimizar sintomas e, por fim, do impacto econômico nos serviços públicos e privados que o excesso de diagnósticos também acaba trazendo. Muito obrigada.

PRESIDENTE PSICÓLOGA TANISE SABINO (MDB): Obrigada pela tua fala. Quero citar também que está conosco o Ver. Gringo, que compõe essa comissão, e está conosco também o Ver. Alexandre Bublitz, que é de uma outra comissão, mas, assim como a Grazi, também tem uma afinidade muito grande

com a saúde e com a questão do autismo. Pergunto se pode ser feita no final a saudação de vocês, pode ser? (Pausa.) Tá, porque agora a gente já começou a rodada com os nossos convidados. Então, nesse momento, vou passar a palavra para o Dr. Alceu Gomes, médico, psiquiatra da infância, adolescência e coordenador do Centro de Referência do Transtorno Autista, e que vai falar, então, sobre o Certa e notícias do Certa Mais. Muito obrigada. O senhor tem dez minutos.

SR. ALCEU GOMES CORREIA FILHO: Obrigado. Bom dia. Bom dia a todos. Queria começar agradecendo à vereadora por ter elencado essa pauta. Dez minutos é muito pouco, mas a gente vai exercitar a capacidade de síntese aqui. Aos demais vereadores, em nome da Ver.^a Tanise, cumprimento a todos os vereadores presentes, aos colegas de Mesa, meu querido colega Ventura, do serviço público, e também queria cumprimentar a Josiara, que é a atual gestora da parceria. A gente vai falar um pouquinho sobre o comitê gestor do Certa, que é peça importantíssima nesse momento, nessa caminhada dos nossos desafios, a Georgia, também, do Núcleo da Pessoa com Deficiência, porque o Certa é uma das políticas públicas da Secretaria da Saúde, nós temos outras políticas públicas que também envolvem a pessoa com deficiência e o autismo nesse sentido. O Ver. Bublitz, que foi meu colega lá no Presidente Vargas... Enfim, eu sou médico-psiquiatra da infância e adolescência, estou há 28 anos no serviço público, ainda não me aposentei, estou resistindo, tenho, acho, mais um pouquinho de bala na agulha, e vou contextualizar um pouquinho sobre o Certa. Então, o Certa surgiu a partir de duas Leis Municipais, nº 13.152 e 13.153, de junho de 2023, que criavam o Centro Médico de Diagnóstico e o Centro Médico de Tratamento. Simultaneamente a isso, a vereadora sabe, nós estávamos construindo um grupo de trabalho que depois, junto com a Josiara, se constituiu no DNA do Comitê Gestor. E tão logo que foi feita a lei, que foi aprovada por unanimidade nessa Casa, a gente partiu para auxiliar no decreto. No decreto, nós vimos a necessidade de ampliar, além de um centro médico, um centro multidisciplinar para que pudesse realmente ofertar terapias que a gente sabe

que são essenciais no tratamento das crianças TEA. O Certa, inicialmente, como tinha uma fila, e ainda temos uma fila, uma demanda reprimida muito grande, nós priorizamos as crianças de zero a 12 anos. Também um detalhe muito importante, Ver. Bublitz, quando a gente criou o Certa, a gente teve aquele cuidado de que o Certa pudesse ter servidores públicos e a OSC parceira, trabalhando junto à Lei nº 13.019; nós chegamos a ter cinco servidores públicos trabalhando, para que futuras gestões, se julgarem que possa ter um balanço um pouco diferente... Hoje em dia nós temos 44 colaboradores e dois servidores públicos trabalhando no Certa. Então esse é um detalhe importante. Quando nós prospectamos, agora vemos a capacidade instalada do Certa, as procuradorias; o Certa pertence a quatro secretarias, pessoal, isso é uma questão atípica muito importante. Por um lado, nos dá uma grande segurança jurídica nos movimentos, por outro, nos atrasa um pouquinho mais os ritos, porque qualquer degrau que o Certa vai avançar, ele precisa passar pelas quatro procuradorias, pelos quatro gestores e, muitas vezes, algumas questões de apostilamentos e aditivos vão e voltam. Então o Certa pertence à Secretaria da Saúde, à Secretaria da Educação, que antes era a Secretaria de Desenvolvimento Social e FASC, hoje é a SMIDH, e me ajudem, qual é o nome da nova? Da FASC, que se transformou em uma Secretaria Municipal da Inclusão e Desenvolvimento Humano. Então o Comitê Gestor tem representantes dessas quatro secretarias e deveria ainda ter, por lei, um representante da Secretaria de Esporte e Juventude, que deveria ter um representante também dessa secretaria, para o Certa, mas com certeza terá, vai ter que ter. Então, o Comitê Gestor tem representantes dessas quatro secretarias que traçam as diretrizes do Certa. Na época, quando foi feito o cálculo da capacidade instalada do Certa de 250 crianças, podendo se expandir até 300 crianças, as procuradorias nos solicitaram referências e nós tínhamos o CAS TEAcolhe, que é um programa do Estado que oferece dois atendimentos por semana com um tempo de atendimento, que era um ano. Foi uma luta muito grande para que a gente rompesse um pouquinho essa referência, embora era o passo inicial que se tinha, ou seja, nós não temos prazo, data de validade, ou seja, o que determina a alta das crianças é a alta clínica. Bom, disso, o que

aconteceu? Nós temos ainda em torno de 2.700 crianças na fila de espera. As crianças que estavam judicializadas, vereadora, por lei, por direito, passaram na frente, mas nós sabemos que temos as mães mais vulneráveis da periferia que sequer têm acesso à judicialização e estão aguardando. Então, a gente sabe que a judicialização é importante, e, junto com essa judicialização, ocorreu um fenômeno, vereador, que vieram pessoas que consultavam ali, com todo respeito, nós temos clínicas excelentes em Porto Alegre, como a Horizonte, que é uma parceira nossa, clínica perfeita, H360, várias clínicas que a gente poderia citar aqui, mas também a gente sabe que a questão do autismo se transformou em uma espécie de mercado *fast-food*, que a gente tem que ter um certo cuidado e um controle social a isso. Ou seja, muitas vezes, você pode, agora, no centro, com uma consulta de poucos reais lá, em 30 minutos, determinar 10 horas de fono, 20 horas de TO, 30 horas de psicologia, o juiz respeita a decisão médica e válida, e, se o município não cumpre, tem as indenizações administrativas. Então, nós recebemos uma quantidade de... Isso que eu gostaria de poder explicar. Nós recebemos uma quantidade de determinações judiciais com horas de terapia que, se fosse calcular, a criança não teria nem tempo para brincar ou para ficar em casa com a mãe e com o pai, considerando a escola mais 40 horas de terapias. A gente sabe que as terapias são essenciais, é o pilar essencial no tratamento do TEA.

O vereador colocou muito bem a questão das medicações, tem que fazer um trabalho junto com o Remume, o Leonel, da farmácia do município, para que a gente... Por exemplo, nem a Risperidona é da farmácia básica, que é o fármaco mais utilizado, é da farmácia básica. Então, a gente sabe que precisa, se tiver no Ministério da Saúde, ampliar o leque de ofertas, o cardápio de ofertas de medicação, já lhe respondendo o vereador. Enfim, nós tivemos esse modelo do CAS TEAcolhe. E eu vou passar aqui para os vereadores, eu ia fazer slide, mas, enfim, alguns dados importantes que a gente imprimiu, o número de atendimentos que nós tivemos em 2023, que foram em torno de 15 mil atendimentos. Em 2024, nós fechamos em 22 mil atendimentos, em torno de 22 mil, e fecha muito com a literatura internacional. Cerca de 16 mil em meninos e

meninas menos, porque quatro meninos para uma menina. Não se sabe, na verdade, se tem menos meninas do que meninos, ou se as meninas não são devidamente diagnosticadas, colega. Então, é uma questão que a gente tem que ter ferramentas, muito precoces, Ver. Oliboni, também, para que a sua lei se transforme numa entrega.

Quais são os nossos desafios? E vocês devem ter percebido, as mães estão se queixando muito pela falta de terapias. E, nesse momento, vem aqui, utilizando o meu tempo agora, dois pontos, as notícias, o Certa Mais, que é plano de governo, está no plano de governo, foi uma promessa de campanha do prefeito Melo. Então, nós estamos com um grupo de trabalho montado já para encaminhar o Certa Mais. Muito bem, nós já estivemos vendo escolas na Zona Norte, algumas na Zona Sul, já têm a lei do Certa Mais – e o Certa só saiu porque foi um esforço muito das pessoas que estavam nessa mesa aqui, Ver.^a Tanise, Ver.^a Cláudio Araújo, Ver. Oliboni, o Ver. Janta, que ofertou praticamente toda a sua verba de emendas parlamentares para nós lá, e foi o criador da lei do Certa Mais também. Então, assim, o Certa Mais vai sair. Se essa casa somar esforços, somar esforços com todas as críticas, mas com uma soma de esforços, e eu gostaria de aproveitar que, neste momento, nós temos um aditivo que está na mesa do secretário Ritter e na mesa do secretário da Educação, solicitando um aditivo que dá uma enorme economicidade para a administração pública, porque, volto a dizer, que bom que nós temos um forte controle social, nós temos questões estruturais lá, que a Ver.^a Grazi esteve vendo, de ampliar a nossa recepção, a gente já está tendo ideias para que as mães possam ficar melhor acolhidas ali. Então, enfim, o Certa Mais vai sair se tiver esforços de todos nós, eu tenho certeza que a Ver.^a Tanise é empenhada muito nisso, a Ver.^a Cláudia Araújo, que a gente já conhece, da outra gestão também. E o grupo de trabalho já deu o seu start, nós dividimos em três fases, ou seja, o grupo de trabalho com a sociedade civil organizada, e foi o destino que botou a AFAPA aqui do meu lado, eu estava dizendo para ela que a gente precisa conversar, depois nós vamos ter uma reunião com o Legislativo, com o Ministério Público, que está sempre, a gente está sempre no radar, que bom que a gente está sempre no

radar, e também ampliar o nosso comitê gestor. Eu vi que tem um SEI da Ver.^a Grazi solicitando ao secretário da Saúde que a gente possa incluir no nosso comitê gestor também um representante do núcleo da pessoa com deficiência, ou alguém do Comdepa, ou da sociedade civil organizada, para que a gente possa dar mais transparência ainda. Esses dados que estão aí são do portal da transparência dos nossos atendimentos. Para finalizar, a gente quer dizer que aceita muito as críticas, a gente sabe que a gente tem muitos desafios, muitas dificuldades ali para poder contemplar, sobretudo, a solicitação das mães nas terapias, melhorar a comunicação.

Para finalizar, tem uma folha colocando a pesquisa de satisfação. A gente sabe que as mães que estão satisfeitas não vão fazer manifestação por estarem satisfeitas, então a gente sabe que tem esse viés, mas as manifestações são muito bem-vindas, a gente acolhe, está aí para poder somar esforços, pessoal. Eu estava dando uma palestra, sábado, em Vacaria, e eu dizia que nós temos que vencer dois grandes obstáculos. Um deles é trabalhar com a culpa de todos nós em relação ao autismo, ou seja, porque a culpa é algo que eu acabo projetando as falhas nos outros, e o outro é que nós possamos, independente das diretrizes, das nossas ideologias, que a gente possa realmente somar esses esforços para que o Certa se torne uma realidade. Ele é previsto em lei, não é uma política de governo, é uma política de Estado, e eu tenho certeza que, se eu conseguir contribuir um pouquinho para que o Certa Mais seja executado, eu vou estar finalizando a minha vida no serviço público muito feliz. Muito obrigado a todos.

PRESIDENTE PSICÓLOGA TANISE SABINO (MDB): Muito obrigada, Dr. Alceu. Vou passar a palavra, neste momento, para a nossa convidada Malu Medeiros, da Escola Tristão Sucupira Vianna do bairro Restinga, que vai falar sobre a inclusão no dia a dia, relato de experiência de uma escola especial de Porto Alegre. Malu, é contigo, nome completo, cargo, enfim, instituição, e a senhora tem um tempo de dez minutos.

SRA. MARIA LUIZA GOMES MEDEIROS: Bom dia, meu nome é Maria Luiza Medeiros, sou uma mulher negra, 50 anos, sou professora e atualmente diretora da Escola Tristão Sucupira Vianna, na Zona Sul de Porto Alegre, lá no bairro Restinga. Hoje nós temos 128 alunos de ciclo e 96 alunos atendidos em EP e PI.

Voltando ao que o Ver. Oliboni falou, até 2019, as escolas de educação especial, que são quatro escolas de educação especial, mais uma bilingue, que é o Salomão Watnick, nós tínhamos uma pessoa que trabalhava com a educação precoce no HPV. Então, existia esse suporte até 2019, que era algo bem precoce mesmo, então aqueles bebês prematuros extremos, que as mães tinham algumas complicações durante o parto ou durante a gestação, esse suporte já era dado lá, no HPV, por profissionais da área da educação precoce de uma das quatro escolas especiais e, depois, esse serviço não ficou mais conosco e seria da saúde.

Nós temos recebido várias crianças que nasceram no HPV e que não sabiam das nossas escolas. Então, isso é uma realidade, a gente já viu, a gente não tem, hoje, em números, mas a gente já estava anotando esses dados, porque a gente sente que muitas mães perderam com isso, muitos alunos, muitas crianças perderam com isso. Gostaríamos muito que retornasse esse serviço, ou com a saúde ou conosco da educação, mas que esse serviço retornasse aos hospitais, porque esse primeiro cuidado era essencial, porque as famílias já saíam de lá encaminhadas para uma das escolas ou para um outro atendimento na área da saúde, mas eles já saíam de lá com essa indicação, o que fazia toda a diferença. Então, nós temos esses alunos, Zona Leste, Sul e Extremo-Sul, e quando a gente fala do Certa, que realmente ele veio para nos ajudar muito, tem muitos alunos nossos, e aí fecha como a Grazi falou, que eles têm uma dificuldade enorme de sair de ônibus. Esse deslocamento é bem complicado, então eles já chegam lá desorganizados. E, *ok*, é o lugar que temos hoje, e a gente sabe disso, o Dr. Alceu e a Josiara são bem parceiros da nossa escola também, nós temos alunos que frequentam lá. Então, claro, isso daí também já é uma necessidade, uma ansiedade nossa também, de que esses alunos possam... Então temos uma

demanda grande na Zona Norte, uma demanda grande na Zona Sul, então que a gente possa também localizar melhor, porque pegar dois ônibus é complicado, Uber, inviável, e nem todos têm carro, então fica bem difícil mesmo.

Então, assim, nós temos 16 turmas hoje lá na escola, entre 1º Ciclo, 2º e 3º Ciclo. Turmas sensoriais, turmas de pré-alfabetização e depois de alfabetização mesmo. Temos hoje 84 alunos com TEA, 26 com a Síndrome de Down, 13 Dis, 5 PCs, e, desses Down, 17 com TEA. Esses alunos, nem todos têm atendimento, alguns têm atendimento no Certa, outros no Santa Ana, outros têm algumas terapias lá no Cavalo Amigo, que tem uma parceria conosco, que é muito bom, a Clínica SER, CAPS e algumas clínicas particulares que alguns pais conseguem via judicial.

Com a nova chegada, com o DSM-5, o que nos preocupa muito? Antes falávamos só na questão do suporte, a quantidade de atendimentos que esse sujeito vai precisar, mas agora vamos ter uma avaliação mais perspicaz com o DSM-5, justamente pelo que o Dr. Alceu falou, que tem lugares hoje que já preenchem com um X de quantas terapias, quantas horas, quanto tudo.

Então, vai ter um cuidado maior, mas, para ter esse cuidado maior, temos que ter a saúde muito junto. E, hoje, a gente não tem essa demanda, como é que eu vou dizer, com o que a gente precisaria mesmo de rapidez, a gente não tem, a gente não precisa de um diagnóstico rápido, mas a gente quer ter onde consultar. As famílias chegam, deixam os documentos no posto de saúde, isso demora muito. Com o DSM-5, a gente vai fazer uma avaliação, se teve prejuízo na linguagem ou não, e cadê o fono, a gente não tem. Então, para que isso seja completo, a gente precisa desse suporte da saúde.

Ano passado, a gente teve quatro alunos, porque a nossa escola é uma escola de transição, então, assim, ano passado nós tivemos quatro alunos que foram para o ensino comum e ontem ainda tivemos o retorno de duas escolas, falando que os alunos estão muito bem adaptados, bem entrosados, trabalhando bastante, estão felizes lá dentro. Isso nos deixa muito felizes, porque o nosso trabalho é diário. Aqui, acho que a maioria já foi lá na escola e já conhece. Então, a gente tem um trabalho com as famílias, com os alunos, com as parcerias, com

o próprio Certa – Centro de Referência do Transtorno Autista, que fez o PEI – Plano Educacional Individualizado ou Plano de Ensino Individualizado. Achei bem legal. A gente não teve ainda essa reunião de retorno, mas, assim, quando o aluno sai de lá com uma avaliação e dizendo das terapias que ele precisa, o que está funcionando lá, que a gente também pode usar na escola, isso é muito bom. Então essas trocas são importantes. As escolas, todas elas estão abertas para esse tipo de troca, e a gente precisa muito, principalmente com a área da saúde. Como o doutor também falou, a questão da medicação, quando falta, é muito complicado, muito complicado mesmo. E nem todos conseguem no primeiro mês que entram via judicial para a farmácia do Estado, nem sempre a gente consegue. E essas demandas são gigantes, a vereadora conhece bem a escola, seguidamente a gente está fazendo uma vaquinha ou alguma campanha para ajudar alguma família a comprar essa medicação, porque as medicações são bem mais caras. É difícil. A gente está vivendo um momento que... Estamos aqui nessa reunião para tudo melhorar e acho que a gente tem condições de melhorar e tem muitas condições. Então, acho que é isso. Nós temos, sim, agentes de inclusão na escola da Abess – Associação Brasileira de Educação, Saúde e Assistência Social – em termos de formação. A gente ajuda muito nessa troca, porque o que acontece? No documento orientador, ele vinha como apoio. Então, esse agente vai dar um apoio na hora da higiene, vai dar um apoio na hora da alimentação e vai dar um apoio no deslocamento. Eu tenho cadeirante, então não é apoio; é levar o aluno. Tem alunos com paralisia cerebral, então não é um apoio na alimentação; é alimentar. E, na troca, nós temos muitos alunos com fralda, então também não é um apoio na higiene pessoal, e, sim, troca de fralda. Essas realidades, num primeiro momento, o grupo não estava mesmo preparado, e eu me lembro que a gente fez uma reunião até com a vereadora para conversar sobre isso. E, hoje, sim, a gente também ajuda a preparar, ficamos um tempo conversando e ensinando como troca, porque parece brincadeira, mas não é, nem todo mundo sabe fazer troca. Então, é isso, temos um desafio enorme. Trabalhar numa escola especial é um desafio diário. Temos os pais que, claro, às vezes, não ficam tão contentes com os atendimentos e

perguntam: mas por que fica aqui e não fica lá? Ou por que fica lá e não fica aqui? Esses são desafios constantes, mas o que eu acredito? Que, com a ajuda da Saúde e com mais centro de referência, a gente vai conseguir isso. Precisamos mesmo, concordo muito com o Dr. Alceu. Não sei se tem mais alguma dúvida.

PRESIDENTE PSICÓLOGA TANISE SABINO (MDB): Obrigada, Malu. Depois a gente pode fazer os encaminhamentos, enfim. Então, continuando a nossa programação, vou passar a palavra agora para a Nara Pinheiro, que é a presidente da AFAPA, Associação de Familiares e Amigos das Pessoas com Autismo. Uma apresentação da AFAPA e um depoimento também como mãe atípica. Dez minutos.

SRA. NARA PINHEIRO: Bom dia a todos. Quero agradecer o convite da Ver.^a Tanise. Eu sou uma mãe atípica, mãe do Matheus, que vocês devem ver que ele circula aqui bastante. É um adolescente de 14 anos, ainda não oralizado. Estuda numa escola do Estado. Faz terapia desde os dois anos e meio. Eu tive a visão de buscar o diagnóstico para ele, porque eu já tinha estagiado na APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – e no Instituto Santa Luzia, na época que eu cursei educação física. Então, quando nos deparamos que ele precisava buscar um diagnóstico, a gente já teve o diagnóstico na primeira consulta, com o Dr. Regis Martins, na época. E fomos em busca das terapias. Transcorreu muito bem, quando ele me disse: “Nara, leva ele para uma escola infantil, já precisa socializar”. A primeira coisa que eu fiz foi pesquisar escolas. Na época, ele foi para uma escola particular muito inclusiva, no Menino Deus, ficou três anos lá. E depois eu achei: bom, agora ele já pode ir para uma escola regular, para o primeiro ano. Foi que nós escolhemos uma escola também no Menino Deus, porque eu trabalhava ali perto. Só que essa escola não foi inclusiva para ele. Terminou o primeiro semestre, eles me deram a avaliação dele e me disseram o seguinte: “Nara, procura uma equipe multidisciplinar e ele precisa ser medicado”. Até então, ele não precisava de medicação, ele só vinha

fazendo terapia. Bom, conversamos com a psicóloga e ela me sugeriu: “Nara, quem sabe vamos buscar uma escola especial para ele”. Foi quando comecei a procurar escolas. Fui para o Elyseu Paglioli, fui à escola Renascença do Estado, e optei pela escola Renascença, que é uma escola especial que existe há mais de 60 anos. Hoje, essa escola atende mais autistas do que quaisquer outras deficiências. E quando me deparei chegando à escola, vi as mães fazendo adaptação, ali sentadas, sem saber para onde ir e o que fazer, foi aí que veio na minha cabeça: vamos criar uma associação. Mas antes de criar a associação, eu já vinha com a ideia de criar um centro de referência também para atender. Mas para eu poder ter esse espaço, eu tinha que criar a associação. Então criamos a associação, seguimos a primeira gestão, todos são pais autistas. Estamos agora também na segunda gestão. A minha gestão termina esse ano, em novembro. Então, assim, com vários projetos. Atualmente, nós temos quase 1.500 famílias que diariamente entram pedindo acolhimento. Esse acolhimento é feito via WhatsApp, onde fazemos encaminhamentos. Estamos com uma advogada voluntária da AFAPA, uma mãe atípica que já atendeu, desde o ano passado, quase cem pessoas, famílias, judicializando. Porque a gente sabe que a dificuldade do SUS é não esperar dois, três anos, como tem famílias que entram pedindo e há dois, três anos que estão na fila. A gente pede que não façam, que tentem judicializar, ou via Defensoria Pública, ou que busquem um advogado para fazer isso. Ela faz de forma gratuita. Quem é associado da AFAPA, porque quando nós criamos a associação, foi no final de 2019, logo em seguida veio a pandemia. Então o que nós vamos fazer? Aí começamos a criar convênios, a gente tem convênios com várias clínicas particulares em Porto Alegre, que oferecem desconto para as famílias. E foi isso que a gente começou a fazer. Então nós temos um bom vínculo com várias clínicas particulares que oferecem desconto para os nossos associados. Então quem é associado da AFAPA faz esse atendimento gratuito judiciário. Então estamos conseguindo, com algumas liminares, esses atendimentos. Nós estamos sem sede neste momento, em busca de um espaço físico para a AFAPA. Tínhamos um espaço, no início, que era emprestado por um colega, mas como não funcionou, o espaço

era dele, ainda estamos em busca de um espaço, ou cedido ou nós vamos ter que tentar locar novamente. Temos algumas propostas para buscar o espaço este ano. Mas como nós também não temos e tínhamos esse espaço, já faz três anos que nós estamos com um projeto que a gente atende, todas as segundas-feiras, 30 pessoas com autismo, 15 adolescentes e 15 adultos com práticas pré-esportivas. Então, assim, estávamos até o ano passado no CETE, mas esse ano o CETE não renovou a cedência lá. Então nós estamos, por enquanto, no Parque Marinha, fazendo, todas as segundas-feiras, os atendimentos para 30 pessoas com autismo, adultos e adolescentes, com duas turmas, sendo que tem seis professores contratados, de educação física, através de verbas de patrocínios e de uma verba de uma emenda parlamentar que nós recebemos. Então, assim, a gente sabe que o autista, o adolescente e o adulto não têm o que fazer depois que eles saem da escola, ou eles não conseguem fazer mais as terapias que a gente sabe que, quando é criança, se consegue um pouco mais. Mas onde ficam? O que fazem esses jovens a partir de 12, 13 anos, inclusive os adultos? Tem uma clínica na Zona Sul que a gente já vem atendendo, já vai, esse ano, para 10 atendimentos. E a gente atende com o maior carinho. Então eles trazem os residentes num carro próprio deles e a gente atende. E de um mês para o outro, a gente nota a diferença deles praticando esporte, deles interagindo. Então um dia é basquete, na outra semana eles vão jogar bocha, na outra semana eles vão jogar futebol de salão. Então cada semana tem uma modalidade diferente que a gente vem fazendo com eles. Participaram de vários campeonatos, ano passado, inclusive até o Jomed. Então a gente chama eles de nossos atletas, porque já são medalhistas, já ganharam medalhas. Então, a gente quer cada vez mais trabalhar com os jovens também. E as demandas que vêm diariamente nos nossos grupos são a falta de monitor nas escolas, a falta de atendimento nas creches também, que não têm um profissional especializado para eles. Ontem, uma mãe entrou em contato comigo dizendo que o filho vai perder a vaga na escola porque o menino se desregulou. Simplesmente eles vão expulsar esse menino da escola, uma escola particular, mas esses casos também acontecem em outras escolas. Então, assim, falamos com a nossa advogada para buscar

um respaldo de como essa mãe tem que tentar buscar, porque não justifica ele ter se desregulado. Ele se desregulou porque ele foi sozinho para a sala de aula e aí os outros alunos fizeram *bullying* com ele. Então, depois de tudo o que aconteceu, ele foi sozinho se deslocar, não teve um adulto para acompanhá-lo. Então isso que a gente percebe, que não existe um acompanhamento, não existe um tratamento, profissionais especializados com esse olhar que a família entende. Nós acabamos sendo especialistas, entendendo a área jurídica, entendendo como deve atender a criança na escola, como ele deve ser atendido nos postos de saúde ou nos hospitais. Então, acho que o momento para nós iniciarmos é trabalhar em equipe mesmo, em conjunto com a sociedade, para que cada vez mais a gente possa informar as pessoas e a gente possa melhorar. Nosso evento foi sábado e nós fizemos um adesivo, até vou distribuir para vocês, que o autismo se conscientiza quando as peças se encaixam. Então a gente sabe que, quanto mais a gente puder informar a população, informar as pessoas que atendem os nossos filhos, acho que a coisa daí começa a melhorar um pouco mais. Seria isso.

SR. ALCEU GOMES CORREIA FILHO: A Nara praticamente descreveu o trabalho do Certa Mais com os adolescentes. Eu disse para ela que foi o destino que colocou ela aqui do meu lado. Com certeza.

PRESIDENTE PSICÓLOGA TANISE SABINO (MDB): Muito bem, obrigada, Nara. Quero informar que a Ver.^a Grazi está saindo da reunião devido a um outro compromisso externo, numa secretaria, deixa seu abraço aqui. Então, seguindo a nossa programação, a boa notícia é que estamos dentro do tempo, está tudo certinho. Vai dar para fazer uns encaminhamentos e um bom debate. Então, seguindo a nossa programação, vou passar a palavra para a doutora Rafaela Atanazio, que é bacharel em odontologia, pela PUC, e pós-graduada em atendimento odontológico a pacientes com necessidades especiais. O tema da sua fala são as peculiaridades do atendimento odontológico com autistas. A senhora tem 10 minutos, nome completo.

SRA. RAFAELA GONÇALVEZ ATANAZIO: Eu me chamo Rafaela Gonçalves Atanazio sou cirurgia dentista, formada pela PUC, capacitada no atendimento a pacientes com necessidades especiais e saúde mental. Bom dia a todos. Quero começar agradecendo a todos os componentes da Mesa pelo convite, através da Ver.^a Tanise Sabino. É uma honra estar aqui hoje compartilhando um pouco da minha trajetória e experiência com vocês. Aos colegas profissionais de saúde aqui presentes, muito obrigada pela presença. Então, meu nome é Rafaela Atanazio e, antes de tudo, eu sou uma mulher, eu sou esposa, eu sou mãe, como muitas aqui, e sou cirurgiã dentista, formada pela PUC do Rio Grande do Sul. Desde a minha graduação, eu sempre tive afinidade para atendimento a pacientes com necessidades especiais e, mais tarde, atuando na Atenção Primária de saúde em Porto Alegre, dentro das unidades de saúde, eu busquei levar o atendimento sempre que possível a essas pessoas. Nesse processo, percebi algo importante. Embora a demanda por esse tipo de atendimento esteja crescendo, ela ainda é deixada de lado por muitos profissionais, muitas vezes por insegurança ou por falta de preparo, o que me motivou a buscar uma capacitação específica ao atendimento odontológico de pacientes com necessidades especiais em saúde mental. Quando eu falei aqui o nome da minha profissão, eu tenho certeza que eu despertei sentimentos em muitos de vocês. Muitos pacientes me trazem no consultório assim: “Eu tenho medo de dentista” ou “Por que tem que ter esse barulho horroroso? Não pode ter um barulho melhor ou não ter o barulho?” Se vocês têm esse sentimento em relação à minha profissão, imaginem como é para um paciente com um transtorno do espectro autista. Então, hoje, eu quero focar a nossa conversa especialmente no atendimento odontológico a pacientes com transtorno do espectro autista, que é um desafio para nós, profissionais e, ao mesmo tempo, é uma responsabilidade muito grande. O consultório, que parece um ambiente comum para a maioria de nós, pode ser extremamente hostil para as pessoas com TEA. Isso acontece, principalmente, pela hipersensibilidade sensorial, que é muito frequente nesses pacientes. Eu posso citar desde a luz intensa do nosso refletor aos barulhos

agudos e contínuos do equipamento odontológico, o tato da luva, os instrumentos frios, o cheiro do consultório, que é um cheiro forte de resinas, antissépticos, e mesmo o atendimento, que é uma mudança na rotina daquele paciente; às vezes tem atraso na consulta, mudança de horário. Tudo isso causa uma ansiedade, um desconforto naquele paciente, que, muitas vezes, leva a nossa consulta a um insucesso. Por isso, o atendimento para pacientes com TEA precisa ser individualizado, personalizado. Eu, geralmente, realizo uma consulta prévia com a família, para buscar informações sobre esse paciente, a fim de conhecer ele melhor, saber as características, as preferências, as condições de saúde geral, porque eu penso que isso é essencial, cada paciente é único e com diferentes níveis de suporte. As primeiras consultas odontológicas, elas costumam ter uma duração menor, a fim de a gente minimizar esses estímulos sensoriais e promover um acolhimento gradual a esses pacientes. Em muitos casos, o paciente, ele nem chega a sentar na cadeira odontológica, e tudo bem, porque o importante, nessa primeira consulta, é nós formarmos um vínculo de confiança com esse paciente, com a família que está ali acompanhando. Entre as estratégias que a gente utiliza no consultório odontológico, eu gosto de destacar algumas. O DIR/Floortime, que é conhecido como o tempo de chão, que é onde a gente busca criar uma conexão com o paciente e um ambiente mais familiar a ele fora da cadeira odontológica. O Teacch, que organiza o ambiente, a rotina da consulta, para dar mais previsibilidade ao que vai ser encontrado ali no atendimento odontológico. O ABA, que utiliza o reforço positivo, então, nós vamos premiando os comportamentos colaborativos do paciente de uma forma respeitosa. E o PECS, que seria uma forma de comunicação por figuras, uma comunicação alternativa, quando nós temos um paciente não verbal. Todas essas abordagens, elas têm como foco reduzir a ansiedade, criar uma experiência positiva para o paciente que está ali, respeitosa, e garantir a continuidade do cuidado com o apoio da família. No entanto, nós sabemos que nem sempre isso é possível no serviço público. O SUS prevê atendimento odontológico a todas as pessoas, porém nós não temos ainda profissionais capacitados para esse tipo de atendimento em todos os

municípios, Porto Alegre também não, e isso acaba comprometendo os princípios do SUS, que é a universalidade, a equidade, e a gente não consegue levar a todos os cidadãos esse atendimento. Além disso, hoje – eu falo, porque eu trabalhei por quatro anos na Atenção Primária de Porto Alegre –, o tempo, em média, das consultas é de 20 minutos, o que não nos possibilita fazer um acolhimento adequado daquele paciente. Por muitas vezes, o paciente já chega no nosso consultório com dor, ele chega com uma urgência, e isso dificulta muito o atendimento para o paciente, acaba levando a uma experiência negativa para a família, que se frustra ao buscar o atendimento, que, muitas vezes, não é solucionado, e para o profissional que está ali atendendo. Pensando nisso, eu idealizei um projeto que busca preencher essa lacuna. É uma proposta que consiste em disponibilizar dois profissionais, um cirurgião-dentista capacitado e uma auxiliar em saúde bucal que tenham duas horas do seu atendimento semanal voltado a pacientes com necessidades especiais, saúde mental, incluindo o TEA, além de uma adaptação da unidade de saúde para melhor acolher esse paciente. Pensei ainda em ações que promovam saúde para essas famílias por meio de palestras nas salas de espera das unidades de saúde, inserção da equipe de saúde bucal e grupos de saúde mental nas unidades, fortalecendo o trabalho de rede e a educação em saúde, porque muitos procedimentos não são realizados na Atenção Primária, porém, é possível fazer uma organização do fluxo de encaminhamentos, para que se garanta o atendimento daquele paciente no serviço especializado. Penso que, com a implementação desse serviço odontológico capacitado, o Município estará à frente na oferta de cuidados humanizados, cumprindo seu papel de garantir saúde para todos os cidadãos. E, mais do que isso, investir num atendimento capacitado é também uma estratégia inteligente de gestão pública, porque evita complicações futuras, reduz custos de tratamentos de maior complexidade e o atendimento qualificado não é apenas uma questão de saúde, também uma pauta política e social que impacta diretamente a qualidade de vida e inclusão, especialmente das pessoas mais vulneráveis. Eu finalizo, então, reforçando que inclusão não é favor, é direito, e cabe a nós, profissionais de saúde e gestores,

construirmos caminhos reais de acesso, acolhimento e dignidade. Muito obrigada pela oportunidade em compartilhar essa proposta, pela escuta, e eu estou à disposição para contribuir com o que for necessário para tornar essa ideia realidade.

PRESIDENTE PSICÓLOGA TANISE SABINO (MDB): Ok, muito obrigada, Rafaela. Passamos, então, a palavra agora para o nosso querido colega da Prefeitura, Nilson Ventura, estudante de gestão pública, que vai compartilhar as experiências sobre os desafios da inclusão no dia a dia. O Nilson já esteve conosco num seminário, lá na Amrigs, sobre a questão do autismo. Fique bem à vontade, tem mais ou menos 10 minutos.

SR. NILSON LUCENA VENTURA: Obrigado. Te confesso que, quando tu me informaste que seriam 10 minutos, eu fiquei bem preocupado se ia conseguir atender a essa demanda, porque uma das coisas que eu gosto bastante é falar sobre, principalmente, a causa do TEA, que é uma coisa muito mais importante do que o Nilson. É uma coisa que representa toda uma comunidade que envolve famílias, mães, enfim, todo mundo, e isso é uma responsabilidade. Então, tentei fazer uma síntese e abordar a inclusão por duas frentes.

Eu iniciei alguns cursos de nível superior, faculdade, ao longo da vida – eu tenho 30 anos. Eu esqueci de me apresentar, eu sou o Nilson Luciano Ventura, sou servidor da Prefeitura de Porto Alegre e tenho 30 anos.

PRESIDENTE PSICÓLOGA TANISE SABINO (MDB): Nilson, fica bem à vontade, se passar alguns minutinhos também, não tem problema, porque a gente está bem no tempo.

SR. NILSON LUCENA VENTURA: Iniciei alguns cursos e não consegui terminá-los, assim, justamente por essa questão da adaptação e, principalmente, daquilo que não se tem, que é a inclusão. Se tem uma coisa que eu não tive ao longo da vida, justamente por ter 30 anos na época escolar, foi essa palavra, enfim, essa

ação que é inclusão, porque muito pouco se abordava e muito pouco se trabalhava sobre isso. E o que aconteceu? Esses cursos que eu iniciei, um deles foi pedagogia. A minha chefe está aqui também, a Fran, ela é pedagoga de formação e, nesse um ano e meio que eu fiz de pedagogia, eu me aproximei muito de teorias centralizadas justamente na construção do aprendizado, obviamente, voltada para Vygotsky, para Piaget, e não com um enfoque em alunos com TEA, mas um perfil de pesquisa sobre a construção do conhecimento. Para falar um pouco sobre a construção do conhecimento, aí eu fui atrás de informações para conseguir formar essas duas frentes da inclusão, porque onde começa a inclusão para nós que temos TEA? Ela vai começar no núcleo familiar, porque muitos dos parentes, muitos dos pais, como bem dito aqui, abandonam seus filhos, então deixam as mães sozinhas; muitos dos parentes evitam as pessoas, não entendem quando as pessoas não querem participar e que isso não é porque as pessoas não gostam do parente A ou B, mas porque a situação de estar com muita gente, a situação do barulho, alguma situação do odor, alguma situação que provoque as sensações que baguncem a questão sensorial, são um problema.

Queria agradecer a Nara, o Matheus, eu lembro que, quando eu peguei minha carteirinha, foi na FAPA, e ela me comentou uma coisa que me pegou muito, que ela ficava muito chateada quando as pessoas davam “oi” para ela e ignoravam o Matheus. E eu fiquei pensando: “Isso não faz sentido”, mas, claro, para mim, porque as pessoas costumam achar que os autistas, principalmente, quanto mais elevado o suporte, não sentem nada, as pessoas simplesmente estão ali, e isso acontece até na escola, quando, geralmente, as pessoas só dão uma atividade de pegar uma folha para colorir ou pegar um objeto estruturado e brincar, e aí a turma faz uma atividade toda específica.

Agora vamos entrar nesse ponto, que é a inclusão na escola. Nesse um ano e meio que eu fiz pedagogia, estou longe de ser um perito, mas muitas coisas eu consegui pesquisar, e uma delas é que, quando a gente está falando de inclusão, a gente precisa de planejamento. Não existe inclusão sem planejamento e integração. Talvez seja redundante a integração multidisciplinar, a palavra, mas

não existe inclusão sem planejamento. Por que eu digo isso? Porque eu vivi um pouco disso. Eu tenho o TEA de suporte nível 1, que as pessoas costumam vulgarmente chamar de leve, mas eu sempre questiono leve para quem, porque para mim e para as pessoas ao meu redor não é, mas eu tenho, como posso dizer, o cognitivo preservado. Então, algumas das coisas que o suporte nível 2 e 3 passaram, eu não passei, o que não quer dizer que eu não tenha as minhas próprias lutas e que eu esteja sempre, o tempo todo, tendo que me adaptar a uma realidade que não é pensada desde a base para autistas. O mundo é neurotípico e a gente tem que fazer adaptações o tempo todo, e isso cansa, isso machuca, isso dói, porque é tudo muito difícil, tudo muito diferente. Eu lembro que na Amrigs, quando eu fiz a palestra, a Ver.^a Sabino me deu um livro: “Autismo no Adulto”, e eu li no ônibus, no trajeto, no mês seguinte. Não é à toa que as pessoas autistas têm uma alta incidência de comorbidades, e a principal delas é a ansiedade e a depressão, em todos os níveis, no 1, no 2 e no 3. A tristeza está presente, então aquela ideia de que as pessoas não sentem nada, não é verdade. Um outro ponto muito marcado na inclusão, que também a Nara trouxe, é que, para além da escola, o que acontece quando o autista se torna um adulto? Na FAPA, eu participava de um grupo no WhatsApp e um dos rapazes colocou assim: “Ah, vira abóbora”, porque o adulto é como se não estivesse visível na política pública. É uma coisa que está começando a mudar, mas é um fato, porque eu sinto muita falta de espaços de trocas presenciais, físicas, com outras pessoas que tenham TEA, um grupo para pertencer, uma sensação de pertencimento. Por muitas vezes, eu sinto muita solidão, e não falo isso de uma maneira romantizada, como quem quer fazer drama, mas porque machuca de verdade, porque não são todos os tipos de interação que nos interessam, não são todos os ambientes que nos interessam, e essa proximidade que os neurodivergentes têm entre si ajuda a fortalecer esses vínculos.

Uma outra política importante, quando a gente fala de inclusão, é o combate ao *bullying* na escola e o treinamento de habilidades sociais. Mas isso não pode ser feito adequadamente sem um estudo pré-ingresso dos alunos na escola, que é uma aferição de conhecimentos acadêmicos e pré-acadêmicos. Porque, sem um

conhecimento, assim como a Rafaela trouxe, como ela faz um planejamento para lidar com questões sensoriais de pacientes autistas, todo o aluno, o dissente autista deveria ter um planejamento prévio, porque o TEA é um transtorno, ele não é algo similar em cada um, ele é diferente. E o que isso pressupõe? Isso pressupõe que o que funcionar para um não necessariamente vai funcionar para o outro. E, por isso, é necessário, antes, um planejamento e uma pesquisa da vida, do nível de conhecimento. Se o aluno sabe, por exemplo, manter contato visual, se ele sabe falar, se ele sabe sentar, se ele sabe... Sem isso, não tem como fazer uma inclusão adequada. Não tem como. É o que todas as evidências indicam. E, para a questão da inclusão na vida escolar, também tem outro ponto muito interessante. Mesmo os docentes, ainda é uma coisa nova, ainda é algo que está começando a aflorar dentro dos estudos e de práticas também, como ciência. E percebam que há na nossa educação um viés muito conteudista. Percebo uma necessidade de vencer o currículo. Temos, por exemplo, matérias específicas a cada trimestre e os professores estão preocupados em bater metas e em vencer currículo. Hoje, os alunos com TEA ou com alguma deficiência cognitiva não participam dos indicadores, não estão nos dados de aferição do IDEB e de mecanismos até estaduais. Não digo que deveriam participar desse mesmo modelo, mas a questão é como é que vamos conseguir aferir o desenvolvimento que a inclusão deveria proporcionar, não existe, não tem dado para isso. Não tem dado para isso. O aluno que entra na escola até quando sai, o quanto ele se desenvolveu e o quanto o projeto de inclusão pensado e planejado para ele funcionou. Percebam que isso pressupõe uma integração, uma disposição de recursos, de tempo, de investimento entre mais de uma área, como a gente disse, e também de toda a sociedade, como um todo. Os adultos... Voltando agora para a inclusão que hoje enfrento, percebo que inclusão é mais do que só acessibilidade. Sei que elas andam ligadas e que a acessibilidade é fundamental para que a gente tenha inclusão, mas pensemos na ideia de uma pessoa cadeirante. A acessibilidade a ela é garantida quando proporcionamos um elevador, uma rampa, mas temos que adaptar toda uma realidade, por exemplo, se ela morar sozinha, com materiais, com armários, com uma cozinha

planejada a um nível que ela consiga alcançar. Não é só a questão de colocar a pessoa lá dentro, porque hoje a inclusão está acessível. As pessoas estão conseguindo, sei que não todas, pelos comentários da Ver.^a Grazi, o pessoal trouxe, sei que ainda está faltando uma cobertura universal, mas a inclusão pressupõe mais do que acessibilidade, ela pressupõe que as pessoas tenham esse planejamento focado no seu desenvolvimento, o que ainda está muito distante da realidade. Sei que estamos conseguindo fazer o melhor com o que temos, mas, além de citar esses pontos, encaro com esperança o futuro. Encaro com felicidade. Quando vi que a Nara começou a falar e o Matheus correu para cá, senti a sua felicidade e orgulho de ouvir a mãe dele falar. A maneira como expressamos isso é diferente. Sei porque tenho a minha família que está aqui inclusive, e a eles queria agradecer muito isso, porque a minha mãe, como falei na Amrigs, é professora aposentada pela Prefeitura de Alvorada, onde nós crescemos. Ela fez e proporcionou tudo o que era possível e imaginável para além de sua época, para que eu e meu irmão tivéssemos um desenvolvimento adequado. O meu irmão, que também é servidor, trabalha na SMAMUS, é o meu melhor amigo desde sempre, porque foi ele que literalmente passou por todas as coisas que eu passei. Ele esteve do meu lado e tudo a gente teve que ir adaptando um ao outro. Muita coisa eu aprendi com ele, por mais que seja mais novo, ele sempre me protegia. Isso é muito marcante. Sou muito grato, porque, através do cuidado e do amor dos dois, é que eu consigo, mesmo com tantos buraquinhos, seguir em frente e querer ser melhor, e querer representar para as famílias autistas que têm filhos mais novos, que a gente pode melhorar com a intervenção precoce, como a gente falou aqui, que a gente consegue ser a melhor versão possível do que a gente pode se tornar. Eu queria, inclusive, fazer este agradecimento e dizer que eu amo muito vocês, que vocês são muito importantes, e que a gente ainda está no começo. Acho que, pela primeira vez agora... Eu vou conseguir terminar a faculdade, eu vou conseguir terminar a gestão pública agora, no final do semestre, e a ideia é fazer uma pós, fazer alguma coisa voltada justamente para políticas públicas voltadas à inclusão. Eu queria agradecer muito a todos que ouviram, que prestaram atenção, pelo seu

tempo. Eu sei que ele não é tão longo e até acho que estou um pouco mais tranquilo do que estava na Amrigs, mas também queria agradecer às minhas duas chefes que estão aqui, porque, assim como foi falado aqui, elas têm as demandas em relação a mim. E, hoje, no trabalho, eu me sinto muito melhor, e eu sempre digo que o mérito é delas, que o mérito é da equipe, porque, por mais incrível que pareça, às vezes uma coisa que as pessoas deveriam entender como um direito, como justiça, elas entendem como um privilégio. Nós estamos em trabalho remoto alguns dias da semana, e eu pedi para as duas que eu ficasse em dias fixos, porque isso me ajuda com previsibilidade de rotina. E elas atenderam isso. Só que, embora isso pareça básico, eu sei que há chefias que não fariam isso. E ainda iam dizer que estou tentando obter algum privilégio. Então, embora isso seja uma coisa que deveria ser tratada... Eu sei que tê-las também é um privilégio, porque é difícil a gente conseguir pessoas que entendam que a necessidade de adaptações não é uma benesse, não é um privilégio; é algo necessário para a gente. É algo necessário. Espero que todas as famílias autísticas... Tenho um vizinho, moro na Zona Norte, que é a dona Solana, ela tem o Erick, que regula comigo de idade, ele é suporte nível 3, e, às vezes, ela me vê transitando até a parada de ônibus. Sempre que ela vê, ela fala assim: "Ai, eu fico tão feliz de ver eu indo trabalhar. Dá até um orgulho." E eu vejo o Erick, ele é cego também e demanda de muito suporte para sair de casa, ele só faz terapia. Ela diz: "Eu fico muito feliz. Eu vejo o meu Erick também, ele é tão amável, carinhoso..." E isso também vai de encontro com aquelas coisas que a gente escuta, com aqueles mitos sobre o autismo, de que o autista não se preocupa, de que ele não tem empatia, de que ele não tem sentimento. Ou, pior ainda, que o autista é um supergênio. E, assim como na Amrigs, eu ainda não tenho capacidade de fazer contas gigantescas de cabeça. Eu ainda não consigo gravar um livro, quando eu li uma única vez; eu ainda não consigo fazer previsões do mercado financeiro. Eu sou uma pessoa que está tentando melhorar e preciso muito do suporte de todos vocês. Espero que contem comigo, assim como toda a comunidade autística, para o que vier a ocorrer, tanto aqui,

quanto em situações em que esses espaços precisem de representantes que vivam a neurodivergência. Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE PSICÓLOGA TANISE SABINO (MDB): Muito obrigada, Nilson. Eu me emocionei muito com as suas palavras. Inclusive escrevi várias coisas aqui, vários *insights* de reflexão. E eu queria pedir para as duas chefias que estão aqui que se colocassem em pé, por favor; as duas chefias. Peço uma salva de palmas para essas duas chefias que estão aqui, que representam gestoras, gestores comprometidos e empáticos. (Palmas.) A importância disso no serviço público, enfim, nas organizações, que a gente possa ter cada vez mais gestores que possam compreender as individualidades de cada servidor. Parabéns pelo trabalho de vocês. Quero pedir também para a família do Nilson, que está aqui, se coloque em pé, por favor. Está a mãe, está o irmão. Família. Uma salva de palmas também para a família. (Palmas.) Vocês representam aqui, neste momento, todas as famílias atípicas. Muito obrigada pela presença de vocês. Continuando, então, vamos finalizar com a Secretaria Municipal da Saúde, a Cristina Correa, que vai falar um pouquinho, representando sobre a saúde aqui.

SRA. CRISTINA RODRIGUES CORREA: Bom dia, eu sou a Cristina Correa, eu sou enfermeira, estou representando, então, a secretaria, o Fernando Ritter e Dra. Denise. A gente veio falar um pouquinho sobre esse processo de questionamento sobre as terapias, sobre as ordens judiciais, sobre o que a secretaria está planejando e pensando nesse assunto, que é tão caro ao Município de Porto Alegre. Eu, como enfermeira, então, servidora, a gente se depara com questões de saúde diariamente dentro da secretaria. E a questão do autismo vem se tornando cada dia mais demandada pela secretaria e pelos munícipes, tanto de Porto Alegre quanto de fora de Porto Alegre, e vem se pensando, então, formas de acolher essas crianças e essas mães, esse binômio, essa família. O Dr. Alceu aqui colocou, muito pertinente, essa questão da judicialização dos laudos. Na secretaria, desde o ano passado, começou a chamar muito a atenção esse número de laudos e de processos judiciais, que a

gente sabe que são importantes, é um direito do paciente de ir buscar assistência quando ela não existe, de direito. E começou a nos chamar a atenção e começou a levar para o Fernando essa demanda de judicialização para a gente, como ente, e nós, como da área da saúde, começar a ver um pouquinho: essas terapias, nesse quantitativo, estão sendo prestadas para essas crianças? Essas unidades existem? Como é que isso está funcionando? Então, se montou um grupo de trabalho para começar a olhar mais de perto essas ordens judiciais e esses prestadores, um trabalho que já está sendo feito, para a gente realmente dar o atendimento que está sendo preconizado e fornecido por ordens judiciais e cheques administrativos. Então, essas mães que judicializam, hoje, estão tendo essa assistência por restrição de valor do Município. Então, a gente também precisa entender: essas empresas estão realmente prestando assistência a essas crianças? Essas terapias, nessa quantidade, como o Dr. Alceu falou, de sete terapias, cinco vezes na semana, crianças com um grau de suporte tolerariam tudo isso? Então, também é importante a gente, como gestor, poder proporcionar saúde para todas as crianças, inclusive as que não estão judicializadas. Isto também é importante: a gente olhar para as judicializadas, mas a gente precisa pensar em políticas públicas para todas as crianças e essas mães. E é isso que a secretaria vem fazendo. A Secretaria lançou o edital dessas clínicas, das novas clínicas, que já estão aí, a Horizontes é uma parceira, a Libertad é outra parceira, a HD360 é outra parceira, então, nós já temos vagas com crianças, dando possibilidades para essas mães que estão hoje judicializadas a opção de buscar um novo atendimento. E, se não for do entendimento e do desejo dessa mãe, essa mãe não precisa trocar de prestador, ela continua com o prestador, mas nós, como Secretaria e como demanda judicial, inclusive do Judiciário, temos que ter um plano de atendimento para essas judicializações.

PRESIDENTE PSICÓLOGA TANISE SABINO (MDB): Cristina, deixa eu só interromper a tua fala, porque isso é muito importante. Até veio o questionamento da Tristão Sucupira, muitas mães me procuraram para entender o motivo, a

razão por que as crianças que já estavam sendo atendidas foram trocadas. A questão do tratamento para essas clínicas, sendo que elas já estavam sendo atendidas. Porque, na lógica, seria pegar quem não está sendo atendido para encaminhar para essas clínicas. Acho que é o momento oportuno – não é, Malu? – de, inclusive, dar essa explicação.

SRA. CRISTINA RODRIGUES CORREA: Quando a gente começou com as ordens judiciais, e tem um grupo de trabalho no Judiciário, o juiz nos questionou qual seria o plano. Porque não é possível ficar despendendo mês a mês, de três em três meses, pagamentos administrativos. Então, precisa haver um plano para essas crianças. Criamos uma frente de trabalho... Para essas mães são ofertadas a possibilidade delas de irem para uma clínica que é do Município, que está contratada, que vai criar um plano terapêutico para essas crianças. Elas podem se negar a ir, e nós vamos comunicar isso ao Judiciário. Porque, Dra. Tanise, a gente tem junto o Judiciário, que nos tensiona para dizer se nós não vamos ter nenhum plano de atendimento para essas crianças, se isso vai virar que nem as creches? Então, nós precisamos ter esse plano. E a Secretaria da Saúde é muito cara esse assunto. E a gente trata de forma muito séria. Então, queremos, sim, empresas. Inclusive, estamos com esse grupo de trabalho para entender um pouco mais de todas essas ordens judiciais e dessas empresas que estão hoje no mercado atendendo essas crianças e para saber que tipo de serviço prestam. Porque as empresas que estão no chamamento foram vistoriadas. Então, temos pessoas técnicas olhando isso, e nós, como ente, validamos aquilo ali. As empresas de ordens judiciais, a gente não faz vistoria, a gente não sabe quem são. Então, seria uma temeridade, com uma vaga de qualidade e com profissionais de competência, não ofertarmos a essas mães a possibilidade de sair de onde estão para ir para um outro serviço. Não é uma obrigatoriedade, mas nós, como ente, temos que, sim, dizer que conhecemos essas clínicas, vistoriamos essas clínicas, esses locais, temos profissionais extremamente qualificados e entendemos que essas crianças podem ser beneficiadas. Nesse sentido.

PRESIDENTE PSICÓLOGA TANISE SABINO (MDB): O Ver. Oliboni e a Nara, da AFAPA, querem fazer um aparte na tua fala. Bem rapidinho. Começa pelo vereador, pode ser?

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Cristina, primeiro, como vocês estão atendendo as que são judicializadas? Vocês estão encaminhando para onde? Segundo, qual a ideia de ampliação do conveniamento? Vocês estão pensando regionalizado, em toda a cidade? A demanda é grande, você percebeu, tem mais de 2 mil aguardando atendimento, então, como o poder público municipal vai poder atender essas pessoas?

SRA. CRISTINA RODRIGUES CORREA: Então, começando com a primeira pergunta: o que a gente pensa como secretaria? A gente entende que tem uma demanda gigantesca e aí a ideia desse plano, dessa criação... A secretária Fernanda está hoje em uma reunião, mas a ideia é o Banco de Olhos ser um CER II, habilitar o Banco de Olhos como um CER II, para a reabilitação visual e intelectual, e a construção de um CER IV. Então, dentro das políticas do Município, dentro do organograma, e como ente federado do Estado, a gente precisa criar essas políticas e tentar um novo CER, habilitar um novo CER para essa demanda que está vindo. E, frente a essas empresas, o que nós estamos pensando, esses chamamentos? Para termos respaldo e resguardo de outros prestadores. Porque só o Cerepal, como a gente vê pela demanda, não é suficiente, só a Horizontes não é suficiente, então nós precisamos de parceiros qualificados, vistoriados, que sofram fiscalização do ente, para a gente realmente validar o atendimento a essas crianças com as terapias que são necessárias; não terapias simplesmente em número para constar num laudo. A gente se preocupa muito com isso, no sentido de que o laudo realmente tem que ser em benefício da criança, tem que trazer algum benefício para essa criança. Então, clínicas vistoriadas e parceiras da Prefeitura vão ter esse suporte, elas acabam sofrendo fiscalização e contravenção do Município, então, a ideia é isso, é

continuar – vai ter um outro chamamento – e colocar a regionalização. Já se tentou isso, só que todas as empresas que vem para esse chamamento, é um chamamento público, que passa por um processo licitatório, então a gente precisa ter entes que desejem prestar esse serviço ao município. Mas a gente, sim, pensa nisso, pensou inclusive no primeiro chamamento, mas nesse primeiro chamamento acabaram vindo mais empresas da Zona Sul.

PRESIDENTE PSICÓLOGA TANISE SABINO (MDB): A Nara da AFAPA também tem uma pergunta.

SRA. NARA PINHEIRO: Eu queria fazer uma pergunta sobre por que o Judiciário, em vez de contratar novas clínicas, não entra em contato com as clínicas onde as crianças já estão vinculadas? Porque a gente sabe que a criança cria um vínculo com o profissional, que tirar de um lugar para outro vai gerar muito problema para essa criança e para a família. Ele não faz, então, a mesma coisa que vocês estão fazendo com as clínicas, de negociar um valor mais baixo, porque a gente sabe que, quando vai judicializar, as clínicas botam três vezes mais o valor. Nós sabemos disso. Que a clínica cobra três vezes mais o valor do Estado ou do Município, em vez de cobrar o valor justo. Então, tem que haver uma fiscalização também das clínicas para que não aconteça isso. E, daqui a pouco, as clínicas são superlotadas de pacientes, e a gente sabe que a demanda cresce cada vez mais. A fila do Gercon está parada. Nós sabemos que isso não está movimentado. Então, não adianta a gente criar novas ideias, enquanto está vendo que o que está funcionando poderia dar certo, mas de uma outra forma.

Acho que o judiciário tinha que conversar também com essas outras clínicas para que melhorem esses valores. Que eles simplesmente não aceitem um menor valor, porque esse menor valor também já está um valor muito alto. A gente vê isso quando chega nos nossos grupos. Então, temos que pensar que a criança está bem naquele local. Estamos tirando aquela criança daquele local para ela

novamente fazer uma adaptação com outros profissionais. E isso também já dá uma regressão na criança.

Então, acho que teria outros tipos de políticas públicas que a gente poderia tentar de uma forma melhor. Eu esqueci de falar para vocês. Estou agora também como coordenadora técnica do TEAcolhe. Também estou conhecendo um pouco mais o trabalho do governo do TEAcolhe. E tem muita coisa ainda para se fazer, mas acho que tem solução. A gente pode pensar de uma outra forma também. Uma sugestão.

SRA. CRISTINA RODRIGUES CORREA: Nara, essa questão do Judiciário eu não tenho como te responder, porque eu sou enfermeira. A gente participa de algumas reuniões, a gente teve algumas conversas com o Judiciário, colocando inclusive isso, os valores. Eu olho muito de perto os processos judiciais. Isso é uma coisa que vem me chamando muito a atenção. E me chama muito a atenção o aumento de valores. Então, a cada três meses, o valor de R\$ 20 mil passa para R\$ 100 mil, e de R\$ 100 mil passa... Só que a gente tem outros entes para chamar junto. Talvez o Ministério Público, outras pessoas, porque é uma demanda além de nós. Nós, na secretaria – o secretário e a regulação –, estamos observando muito de perto que isso é uma demanda. É uma demanda de saúde. E nos preocupa muito exatamente isso, que a demanda de saúde seja priorizada. Que esse escalonamento, essa progressão geométrica dos valores acaba impactando o Município em diminuição de recursos para atender crianças, como eu falei ali, que não estão na fila, e outras especialidades. Então, é impossível a gente ser cega quanto a isso. Então, essa questão de... Bom, essas crianças que estão sendo efetivas, a questão com o Judiciário ali de continuar, acho que se pode pensar uma proposta. Enfim, tem que ver a viabilidade jurídica disso. Eu não saberia te responder. Mas eu sei que algumas coisas vêm por processo de licitação, vêm por processo de preço. Então, aí como operacionaliza, se esse preço está muito aquém, às vezes a gente também coloca e sinaliza ali para a nossa Procuradoria: “Olha, esse valor está muito aquém dos processos”. Mas aí são outros entes que a gente precisa chamar para essa conversa, para a gente

conversar, para conseguir prestar realmente o atendimento que as crianças demandam de qualidade. Eu acho que é isso que todo mundo procura. E a secretaria está muito focada e muito olhando isso. Então, eu queria deixar aqui um recado muito importante, que a Secretaria de Saúde não está omissa nessa questão. A gente está olhando isso muito de perto, é um assunto muito caro para todos nós. E a gente quer que funcione e quer dar qualidade de atendimento para as crianças, e não só a quantidade de um laudo que a gente nem sabe de onde é feito.

PRESIDENTE PSICÓLOGA TANISE SABINO (MDB): *Ok, muito obrigada, Cristina. Então, encerramos aqui com os nossos convidados. Vou passar a palavra para o nosso Ver. Alexandre Bublitz, para alguma consideração. E depois a gente tem que fazer os encaminhamentos. E precisamos terminar meio-dia em ponto, porque está sendo televisionado e termina o programa. O Ver. Alexandre Bublitz está com a palavra.*

VEREADOR ALEXANDRE BUBLITZ (PT): Perfeito, eu serei bastante breve. Primeiro, agradecer o convite. Muito bom ver o senhor aqui, Dr. Alceu, colega de trabalho também. Eu sou pediatra de formação. Eu sou professor da Faculdade da Unisinos, na Faculdade de Medicina, dou aula de pediatria lá. Faço ainda atendimento a muitas crianças na Unidade Básica de Saúde, hoje atuando mais lá em São Leopoldo, por causa da Universidade da Unisinos. Mas fui trabalhador também do Hospital Presidente Vargas, trabalhei na emergência pediátrica, fui trabalhador do Hospital de Clínicas, sou concursado federal ali no Hospital de Clínicas, fazendo atendimento de um número gigantesco de crianças com as mais diversas condições. E eu sei muito bem da dificuldade que é hoje com relação, sobretudo, a diagnóstico precoce, que a gente tem uma dificuldade muito grande de fazer, com boa parte dessas crianças, de fazer um segmento adequado e conseguir fazer esse atendimento multidisciplinar que a gente sabe que faz toda a diferença. A gente sabe o quanto a gente pode ajudar um paciente, uma criança, quando a gente segue esse percurso de uma forma

correta. Também me emocionei muito com a sua fala. A questão de a gente conseguir olhar também para o adulto com transtorno de espectro autista é algo que é fundamental. A gente precisa evoluir muito nesse sentido. Eu sei que esse é um processo muito complexo. E eu sei que, quando a gente tem familiares, a gente precisa ter respostas, às vezes, rápidas e simples. E nem sempre a gente consegue essas respostas. Porque isso é algo que a gente vai demorar muitos anos ainda aqui no Brasil e em Porto Alegre para a gente conseguir avançar da forma que realmente necessita. Eu tenho muito uma visão que a gente também tem que olhar a parte estrutural de como é que a gente percebe o sistema público de saúde, como é que a gente vê para fazer esse tipo de investimento. Eu hoje tenho um entendimento, e aqui eu trago não só o atendimento das crianças com TEA, mas o atendimento da pediatria como um todo. A pediatria custa caro. Hoje vamos ver um hospital que vai fazer atendimento, etc. Poucos hospitais querem investir na parte da pediatria, por isso que acabamos tendo fechamento de hospitais no Estado como um todo, até mesmo aqui em Porto Alegre, a gente viu isso acontecer muito nos últimos anos, fechamento da emergência da PUC. Muito se discute sobre fechamento das emergências SUS, Santa Casa, até daqui a pouco outros hospitais que sabemos que isso está acontecendo. Isso se dá muito por um fato de termos um gasto elevado. E com o autismo é a mesma questão, para darmos um atendimento adequado para uma criança, precisamos de uma grande gama de profissionais e precisamos que não seja um atendimento pontual, mas um atendimento fixo, a longo prazo, olhando com cuidado para esse tipo de atendimento. E isso custa caro. E quando olhamos para a saúde como uma questão de mercadoria, isso muitas vezes acaba sendo colocado de lado. Por isso, é importante termos ações que venham por parte do Estado; nós, como parlamentares, estarmos atentos a isso. Precisamos ter uma regulamentação desse processo via Estado, precisamos ter essa parceria junto. Eu fico feliz em ver que estamos fazendo ações aqui em Porto Alegre. Eu queria saudar a iniciativa do Certa, acho que é realmente uma iniciativa positiva para conseguirmos ter esse atendimento de qualidade que a cidade precisa; e saudar que processos como esse sejam cada vez mais incentivados. Precisamos ter

essa visão junto com o controle social, precisamos ter essa visão junto com a população. Acho que a iniciativa da Grazi, que não está mais aqui conosco, hoje, mas de termos a frente parlamentar, para podermos debater esse assunto com a seriedade que ele exige, vai ser algo muito importante. Quero me colocar como um dos vereadores novos, que estão começando agora o processo da vereança, como um parceiro. Quero que vocês contem comigo, contem com o gabinete. Tenho certeza que vão encontrar uma ressonância muito grande aqui com diversos vereadores. Muito obrigado. É um prazer poder ouvir vocês todos.

PRESIDENTE PSICÓLOGA TANISE SABINO (MDB): Muito obrigada. Chegamos ao final da nossa reunião, o assunto realmente é complexo: o Transtorno do Espectro Autista, desafios e avanços. A fala da Dra. Renata, eu a vejo muito preocupada com o diagnóstico precoce, realmente é onde tudo começa; e não somente ter o diagnóstico, mas, enfim, o tratamento. A Malu, da Escola Tristão Sucupira Vianna – que é uma escola especial em Porto Alegre, da Prefeitura de Porto Alegre – traz um relato na prática do dia a dia, das dificuldades com monitores, com os agentes de educação inclusiva. A Dra. Rafaela, dentista. Às vezes, não pensamos na importância do atendimento do autista nessa especialidade. Como tu falaste, a questão do barulho, do som, do cheiro; tudo isso pode afetar, e a importância de ter profissionais qualificados. O Nilson, que trouxe também o relato, na prática, sobre como é ser autista e também a importância da inclusão e da empatia. Um relato muito comovente, eu anotei aqui várias coisas. O Dr. Alceu, nosso médico psiquiatra, coordenador do Centro de Autismo, que eu sempre defendo e sempre defenderei, porque Porto Alegre não tinha até então, não tinha. E não podemos destruir o que tem, temos que construir agora outros. É essa a linha de raciocínio. O Certa funciona, sim, ele é um espaço pequeno, 250 crianças, mas não vamos destruir o que tem, o que já conquistamos, precisamos ampliar esse serviço. Então, a nossa representante da saúde, enfim. Alguns falaram aqui sobre frentes parlamentares também. Eu queria comunicar que foi aprovada uma frente parlamentar minha de apoio aos neurodivergentes, direitos, tratamento, inclusão e

empreendedorismo; em breve vai ser lançada. Fiquei pensando muito na fala do Dr. Alceu e da representante da saúde sobre a questão da judicialização. Eu já venho falando aqui que precisamos tratar nesta comissão sobre o tema da judicialização na saúde mental. Podemos até propor como encaminhamento uma reunião dessa. Eu já queria ter feito no ano passado, mas não deu, porque aqui cada vereador tem uma cota de reuniões. Então, acho que podemos pautar isso em breve, trazendo a PGM, trazendo a Fazenda, trazendo a Saúde, para mostrar para esses órgãos que fica muito mais caro a questão da judicialização. Então, acho que é um bom debate. Como encaminhamento, eu sugiro aqui, depois passo a palavra para a Cláudia, que ela também tem um encaminhamento. Acho que podemos te ajudar, Dr. Alceu, na questão do aditivo, 20% do aditivo, que já está, desde o ano passado já vem com isso, solicitando. Fiz também uma agenda com o prefeito, com o Ritter, solicitando isso, mas não evoluiu. Acho que também a Claudinha poderia ajudar nisso, o Hamilton, os vereadores desta comissão, pedindo para o prefeito assinar, porque isso iria facilitar bastante, ampliar o atendimento no Certa. Então, Cláudia, tu tens algum encaminhamento?

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Só para complementar, antes de encaminhar, dizer que, o Dr. Alceu falou que a gente tem uma fila de dois mil e poucos aguardando. A gente sabe que a fila é muito maior, porque tem muita criança sem diagnóstico. Então, quando falei em cinco mil e poucas crianças esperando, eu falo do todo, e não daquilo que a gente já tem confirmado. Então, o problema, como a gente diz, a busca pela solução é muito maior do que a gente imagina. Eu sugeri aqui para a Ver.^a Tanise que nós, enquanto comissão de saúde, façamos um encaminhamento na LOA – que a gente faça uma destinação, um valor que esteja incluso na LOA – como comissão de saúde, e não como gabinete de cada vereador. Que a gente possa destinar um valor para a construção do Certa Mais, ou de algo voltado ao tema, que eu acho que é tão importante. Aí, a gente pode discutir, mais próximo, aquilo que a gente acha que é importante. Mas eu acho que, se a gente conseguir gravar na Lei

Orçamentária, a gente consegue fazer acontecer. Esse é o meu encaminhamento.

PRESIDENTE PSICÓLOGA TANISE SABINO (MDB): Hamilton, algum encaminhamento? Alguém da Mesa gostaria de registrar algum encaminhamento? Então, se caso também alguém, a plateia, pela questão do tempo, já são cinco para o meio-dia, a gente vai ter que encerrar a reunião, mas se alguém tiver uma sugestão de algum encaminhamento, pode entrar em contato pelo nosso e-mail oficial da nossa comissão, entrar em contato conosco, enfim. Foi uma reunião muito produtiva e segue o debate, segue a luta por mais políticas públicas nessa área. Muito obrigada e que Deus abençoe. Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos da presente reunião.

(Encerra-se a reunião às 11h56min.)